



Comentários à Prova de *provas em 19.04.2015*

Questão – FUNIVERSA/SESIPÉ-DF – Agente Penitenciário - 2015

Com relação aos direitos humanos, julgue os itens seguintes:

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito de asilo pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum.

Comentários

O direito de asilo é disciplinado pela DUDH no artigo 14 do seguinte modo:

Artigo XIV

1. Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o *direito de procurar e de gozar asilo em outros países.*
2. Este direito ***não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.***

Do destacado devemos compreender que existem duas hipóteses em que o direito de asilo não poderá ser invocado. Não poderá ser invocado o direito caso o sujeito seja perseguido pela prática de crimes de direito comum ou em razão da prática de atos contrários aos propósitos e princípios da ONU.

Desse modo, a assertiva está **incorreta**, pois ao contrário do afirmado, trata-se de hipótese em que o direito de asilo não poderá ser invocado.

Lembre-se...



Questão – FUNIVERSA/SESIPÉ-DF – Agente Penitenciário - 2015

Com relação aos direitos humanos, julgue os itens seguintes:

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, toda pessoa, no exercício de seus direitos e de suas liberdades, estará sujeita apenas às limitações determinadas por lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e das liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

Comentários

Para responder a essa questão devemos conhecer o disciplinado no artigo 24, item 2, da DUDH, o qual citamos ressaltando a relevância de se estudar a literalidade do documento para fins de prova:

2. No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa estará sujeita apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

Logo, como a assertiva constitui reprodução do dispositivo acima citado, resta **correta** a assertiva.

O dispositivo acima consagra o **princípio da legalidade**, aplicável às relações privadas, segundo o qual as pessoas podem praticar todos os atos, excetos aqueles vedados por lei.

Esse princípio é denominado também de princípio da legalidade *genérica* (fundado no art. 5º, II, da CF), para distingui-lo do princípio da legalidade aplicável à Administração Pública, que observa o art. 37, II, da CF.

Questão – FUNIVERSA/SESIPE-DF – Agente Penitenciário - 2015

Com relação aos direitos humanos, julgue os itens seguintes:

Segundo a CF, é vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão poderá ocorrer, entre outros, no caso de improbidade administrativa.

Comentários

Perda difere da suspensão em razão da **duração dos efeitos sobre os direitos políticos**. Ao passo que a suspensão é temporária, a perda é definitiva.



Quanto à cassação, lembre-se: **A CASSAÇÃO DE DIREITOS É VEDADA ABSOLUTAMENTE.**

A cassação consiste na suspensão arbitrária e unilateral dos direitos políticos por ato do poder público, sem observância dos princípios processuais, notadamente o princípio da ampla defesa e contraditório.

Vistos esses aspectos gerais, vejamos o art. 15, da CF:

*Art. 15. É **vedada** a **cassação** de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:*

I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

- II - *incapacidade civil absoluta*;
- III - *condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos*;
- IV - *recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII*;
- V - *improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º*.

Logo, tendo em vista o que dispõe o art. 15, V, está **correta** a assertiva.

Questão – FUNIVERSA/SESIPE-DF – Agente Penitenciário - 2015

- Com relação aos direitos humanos, julgue os itens seguintes:*
- Consoante a CF, o aposentado filiado tem direito a votar e a ser votado nas organizações sindicais.*

Comentários

A assertiva está **correta**, tendo em vista o art. 8º, inciso VII, da CF.

- Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:*
- VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;*

Questão – FUNIVERSA/SESIPE-DF – Agente Penitenciário - 2015

- Com relação aos direitos humanos, julgue os itens seguintes:*
- Entre as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), não estão inseridas, entre os direitos humanos, a promoção e a proteção dos direitos ambientais.*

Comentários

O PNDH 3, instituído pelo Decreto Executivo nº 7.037/2009, é o mais amplo dos programas nacionais, abrangendo extenso rol de direito e de medidas para serem implementadas a partir de uma **visão de transversalidade**.

O principal desafio político do PNDH 3 foi o de construir um programa que **considerasse a indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos** em todas as suas dimensões: direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais.

Em razão disso, foram estabelecidos **eixos temáticos estruturantes**, que dispõe sobre os **principais desafios para a efetivação dos direitos em nosso país**, destacando as dimensões da desigualdade, violência, modelo de desenvolvimento, cultura e educação em direitos humanos, democracia, monitoramento e direito à memória e justiça.

Dentro do PNDH III há referência a políticas voltadas aos direitos de **terceira dimensão**, com destaque para **direito ao meio ambiente** e ao desenvolvimento sustentável. Esses direitos difusos e coletivos foram incorporados para prevendo mecanismos e instrumentos para efetivar o controle social, a reparação e a violação desses direitos transindividuais.

Nesse contexto, no eixo orientador II, diretriz 6, temos:

- Eixo Orientador II: Desenvolvimento e Direitos Humanos:**

Diretriz 6: Promover e proteger os direitos ambientais como Direitos Humanos, incluindo as gerações futuras como sujeitos de direitos;

Logo, a assertiva está **incorreta**.

Questão – FUNIVERSA/SESIPE-DF – Agente Penitenciário - 2015

Com relação aos direitos humanos, julgue os itens seguintes:

A modernização da política de execução penal, que prioriza a aplicação de penas e medidas alternativas à privação de liberdade e a melhoria do sistema penitenciário, é uma das diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

Comentários

Tranquila essa assertiva, pois reproduz exatamente o eixo orientador IV, diretriz 16:

Eixo Orientador IV: Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência:

Diretriz 16: Modernização da política de execução penal, priorizando a aplicação de penas e medidas alternativas à privação de liberdade e melhoria do sistema penitenciário; e

Logo, está **correta** a assertiva.

Questão – FUNIVERSA/SESIPE-DF – Agente Penitenciário - 2015

Com relação aos direitos humanos, julgue os itens seguintes:

De acordo com a CF e o entendimento do STF, o direito do réu à observância, pelo Estado, da garantia pertinente ao due process of law traduz expressão concreta do direito de defesa.

Comentários

Nos deparamos aqui com uma questão um pouco mais complexa, que exige conhecimento da jurisprudência do STF. Para analisarmos a presente assertiva devemos conhecer o art. 5º, LIV, que retrata o princípio do devido processo legal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

O referido dispositivo deve ser analisado sobre dois enfoques.

Primeiramente, fala-se em devido processo formal (ou processual), segundo o qual deve-se buscar a regularidade do procedimento, expressão do direito de defesa. Já para o devido processo material (ou substancial) busca-se assegurar o exame de atos legislativos, administrativos e judiciais, tendo como corolário o princípio da proporcionalidade, representada pelo tripé necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito¹.

¹ PADILHA, Rodrigo. **Direito Constitucional**. 4ª edição, Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014, versão eletrônica.

Em sentido semelhante, decidiu o STF que elencou as prerrogativas decorrentes do **princípio do devido processo formal**²:

Impõe-se, ao Judiciário, o dever de assegurar, mesmo ao réu estrangeiro sem domicílio no Brasil, os direitos básicos que resultam do postulado do devido processo legal, notadamente as prerrogativas inerentes à garantia da ampla defesa, à garantia do contraditório, à igualdade entre as partes perante o juiz natural e à garantia de imparcialidade do magistrado processante.

A essencialidade do postulado do devido processo legal, que se qualifica como requisito legitimador da própria persecutio criminis. O exame da cláusula referente ao due process of law permite nela identificar alguns elementos essenciais à sua configuração como expressiva garantia de ordem constitucional, destacando-se, dentre eles, por sua inquestionável importância, as seguintes prerrogativas:

- (a) direito ao processo (garantia de acesso ao Poder Judiciário);*
- (b) direito à citação e ao conhecimento prévio do teor da acusação;*
- (c) direito a um julgamento público e célere, sem dilações indevidas;*
- (d) direito ao contraditório e à plenitude de defesa (direito à autodefesa e à defesa técnica);***
- (e) direito de não ser processado e julgado com base em leis ex post facto;*
- (f) direito à igualdade entre as partes;*
- (g) direito de não ser processado com fundamento em provas revestidas de ilicitude;*
- (h) direito ao benefício da gratuidade;*
- (i) direito à observância do princípio do juiz natural;*
- (j) direito ao silêncio (privilegio contra a autoincriminação);*
- (l) direito à prova; e*
- (m) direito de presença e de 'participação ativa' nos atos de interrogatório judicial dos demais litisconsortes penais passivos, quando existentes.*

O direito do réu à observância, pelo Estado, da garantia pertinente ao due process of law, além de traduzir expressão concreta do direito de defesa, também encontra suporte legitimador em convenções internacionais que proclamam a essencialidade dessa franquia processual, que compõe o próprio estatuto constitucional do direito de defesa, enquanto complexo de princípios e de normas que amparam qualquer acusado em sede de persecução criminal, mesmo que se trate de réu estrangeiro, sem domicílio em território brasileiro, aqui processado por suposta prática de delitos a ele atribuídos.

Logo, está **correta** a assertiva.

Questão – FUNIVERSA/SESIPE-DF – Agente Penitenciário - 2015

Com relação aos direitos humanos, julgue os itens seguintes:

Consoante o texto constitucional, indiciados e réus dispõem, em nosso ordenamento jurídico, da prerrogativa contra a autoincriminação, garantia que, no entanto, não se estende às testemunhas, segundo a jurisprudência do STF.

Comentários

² HC 94.016, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 16-9-2008, Segunda Turma, DJE de 27-2-2009.

Vejam os a assertiva com calma para não errarmos. De acordo com o enunciado o princípio jurídico da não incriminação aplica-se tanto ao indiciado como réus. Já em relação às testemunhas este princípio não seria aplicável.

A primeira afirmação está correta. Vejam os:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória; (...).

De acordo com o art. 5º, LVII, da CF, ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Assim, tanto o indiciado (aquele contra o qual pende inquérito criminado) como o réu (aquele contra o qual pende processo criminal) não serão considerados culpados, pois contra eles não há sentença judicial transitada em julgado.

Mas, a questão cobrou o princípio da não-autoincriminação e não o princípio da presunção de inocência?

Exato! A doutrina assim como jurisprudência compreendem que o direito de permanecer calado decorre do princípio da presunção de inocência e do princípio do devido processo legal. Vejam os excerto abaixo, retirado da jurisprudência do STF³:

A Constituição Federal assegura aos presos o direito ao silêncio (inciso LXIII do art. 5º). Nessa mesma linha de orientação, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (Pacto de São José da Costa Rica) institucionaliza o princípio da 'não autoincriminação' (nemo tenetur se detegere). Esse direito subjetivo de não se autoincriminar constitui uma das mais eminentes formas de densificação da garantia do devido processo penal e do direito à presunção de não culpabilidade (inciso LVII do art. 5º da CF). A revelar, primeiro, que o processo penal é o espaço de atuação apropriada para o órgão de acusação demonstrar por modo robusto a autoria e a materialidade do delito. Órgão que não pode se esquivar da incumbência de fazer da instrução criminal a sua estratégia oportunidade de produzir material probatório substancialmente sólido em termos de comprovação da existência de fato típico e ilícito, além da culpabilidade do acusado.

Além disso, o STF, ao julgar o HC nº 80.530/PA, tratou do princípio da não auto-incriminação aplicado à CPI. No referido julgado, o STF entendeu que a pessoa, seja ela indiciada, ré ou testemunha, tem o direito de permanecer em silêncio, se e quando inquirida sobre fatos cujo esclarecimento possa importar em sua auto-incriminação.

Vejam os excerto⁴ abaixo:

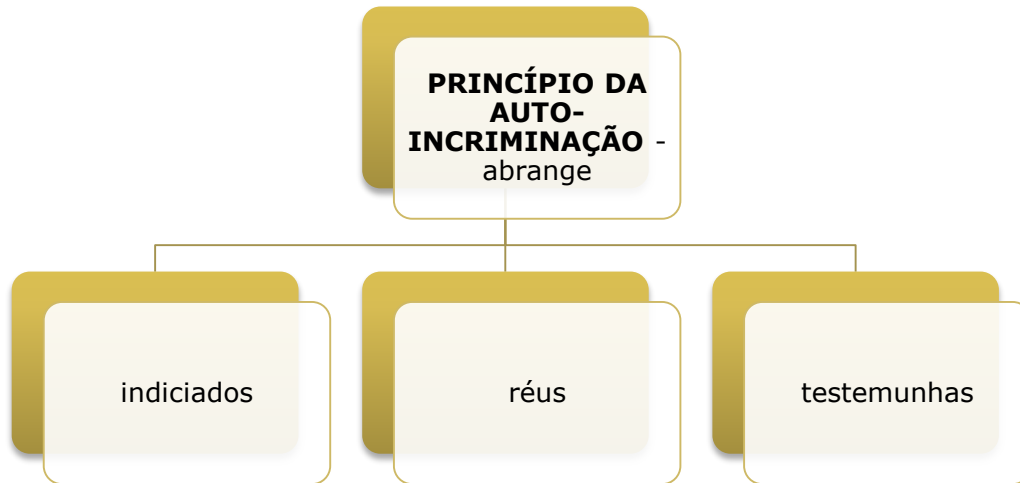
É que indiciados ou testemunhas dispõem, em nosso ordenamento jurídico, da prerrogativa contra a auto-incriminação, consoante tem proclamado a jurisprudência constitucional do Supremo Tribunal Federal.

³ HC 101.909, Rel. Min. Ayres Britto, julgamento em 28-2-2012, Segunda Turma, DJE de 19-6-2012.

⁴ STF - HC: 80530 PA, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 08/11/2000, Data de Publicação: DJ 14/11/2000 PP-00040.

Dessa forma, está **incorreta** a assertiva, pois a garantia estende-se também às testemunhas.

Lembre-se:



Questão – FUNIVERSA/SESIPE-DF – Agente Penitenciário - 2015

Com relação aos direitos humanos, julgue os itens seguintes:

Admite-se, no sistema jurídico-constitucional brasileiro, a aquisição da nacionalidade brasileira *jure matrimonii*, ou seja, a obtida como efeito direto e imediato do casamento civil.

Comentários

A assertiva parece difícil, mas é muito simples, como veremos.

Nosso ordenamento jurídico contempla as formas e critérios de aquisição da nacionalidade brasileira no art. 12, da CF.

Art. 12. São brasileiros:

I - **NATOS**:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes **NÃO** estejam a serviço de seu país;

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, **DESDE QUE** qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

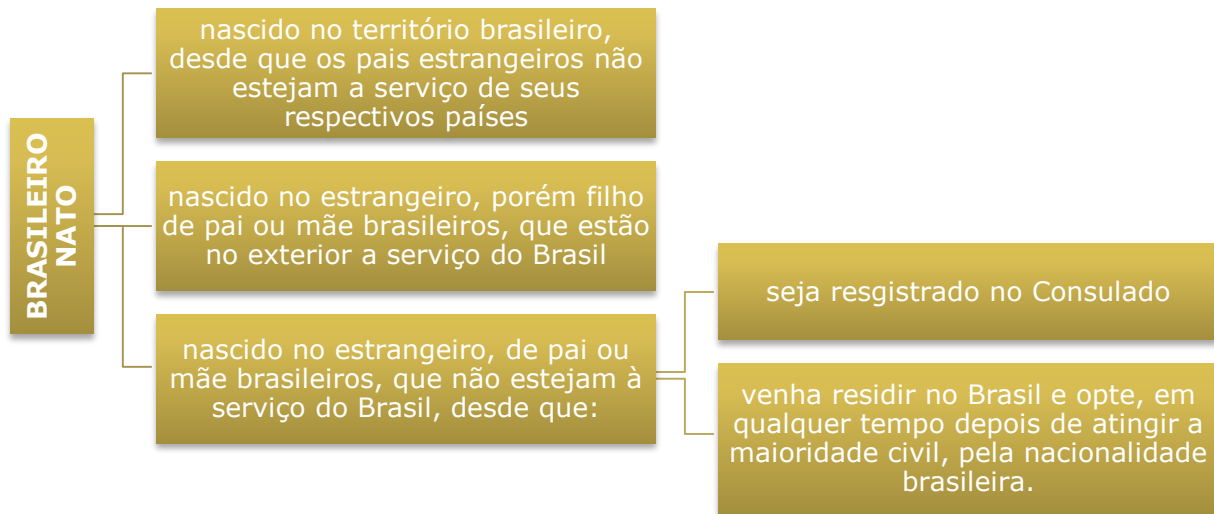
c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, **DESDE QUE** sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil **E** optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007)

II - **NATURALIZADOS**:

a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;

b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, **DESDE QUE** requeiram a nacionalidade brasileira. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

Esquemmatizando, são considerados brasileiros natos:



Já a naturalização poderá ser ordinária ou extraordinária:

NATURALIZAÇÃO ORDINÁRIA	NATURALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	OBSERVAÇÕES
NATURALIZAÇÃO DAQUELES QUE FALAM PORTUGUÊS	NATURALIZAÇÃO DOS DEMAIS	
<i>Residência por 1 ano ininterrupto</i>	<i>Residência por 15 anos ininterruptos</i>	○ Notem que naturalização extraordinária exige muito mais tempo de permanência no Brasil.
<i>Idoneidade moral</i>	<i>Ausência de condenação penal</i>	○ Notem que na naturalização extraordinária a pessoa não poderá ter qualquer envolvimento com práticas ilícitas.
--	<i>Requerimento do interessado</i>	○ Em relação ao requerimento, embora a CF exija-o expressamente na naturalização extraordinária apenas, tal requisito também é exigido na naturalização ordinária, segundo legislação infraconstitucional.

Notem que das hipóteses acima, **NENHUMA DELAS REFERE-SE A AQUISIÇÃO DA NACIONALIDADE EM RAZÃO DO MATRIMÔNIO**. Logo, **incorreta** a assertiva.

Questão – FUNIVERSA/SESIPE-DF – Agente Penitenciário - 2015

Julgue os seguintes itens, com base no que dispõem as regras mínimas para o tratamento das pessoas presas, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Os presos poderão ser utilizados em serviços que lhe sejam atribuídos em consequência de medidas disciplinares.

Comentários

A assertiva está **incorreta**, pois conforme a regra 28, 1, o preso não poderá desempenhar serviços decorrentes e penas disciplinares, sob pena de configurar trabalhos forçados.

28.

1) Nenhum recluso poderá desempenhar nos serviços do estabelecimento qualquer atividade que comporte poder disciplinar.

Curiosamente, a presente assertiva é muito semelhante à exigida recentemente pela VUNESP em prova para agente penitenciário. No referido concurso, realizado em 2013, a banca considerou incorreta a seguinte assertiva:

Questão 19 – VUNESP/SEJUS-ES – Agente Penitenciário – 2013

Sobre as Regras Mínimas para o Tratamento de Pessoas Presas, aprovadas pela ONU, julgue as assertivas a seguir:

A utilização do preso em serviços, em consequência de medidas disciplinares, deve ser incentivada como medida socioeducativa.

Questão – FUNIVERSA/SESIPE-DF – Agente Penitenciário - 2015

Julgue os seguintes itens, com base no que dispõem as regras mínimas para o tratamento das pessoas presas, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Poderão ser usadas algemas, como precaução contra fuga durante uma transferência de preso, desde que sejam retiradas quando este comparecer perante uma autoridade judicial ou administrativa.

Comentários

A utilização de algemas, de acordo com regra mínima 33 poderá ser utilizada em regra apenas como instrumento de coação, nunca de coação.

33. A sujeição a instrumentos tais como **algemas, correntes, ferros e coletes de força NUNCA deve ser aplicada como sanção**. Mais ainda, **correntes e ferros NÃO devem ser usados como instrumentos de coação**. Quaisquer outros instrumentos de coação só podem ser utilizados nas seguintes circunstâncias:

Quando à situação específica na questão, ela resta reproduzida na circunstância prevista no item "a)":

a) Como medida de precaução contra uma evasão durante uma transferência, desde que sejam retirados logo que o recluso compareça perante uma autoridade judicial ou administrativa;

Assim, a utilização de algemas para como forma de precaver a possibilidade de fuga do preso em uma transferência é possível. Logo, está **correta** a assertiva.

Para a nossa prova lembre-se...



Questão – FUNIVERSA/SESIPE-DF – Agente Penitenciário - 2015

Julgue os seguintes itens, com base no que dispõem as regras mínimas para o tratamento das pessoas presas, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

No caso de doença grave de um parente próximo do preso, este será autorizado, quando as circunstâncias o permitirem, a visitá-lo, escoltado ou não.

Comentários

Está **correta** a assertiva, pois a visita ao preso é franqueada em caso de doença grave, segundo dispõe a regra mínima 44, 2:

44.

2) **Um recluso deve ser informado imediatamente da morte ou doença grave de qualquer parente próximo.** No caso de doença crítica de um parente próximo, o recluso deve ser autorizado, quando as circunstâncias o permitirem, a ir junto dele, quer sob escolta quer só.

Questão – FUNIVERSA/SESIPE-DF – Agente Penitenciário - 2015

Julgue os próximos itens, considerando as diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública, conforme Portaria Interministerial n.º 4.226/2010, do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

A observância dessas diretrizes é obrigatória pelo Departamento de Polícia Federal, pelo Departamento Penitenciário Nacional e pela Força Nacional de Segurança Pública, mas não pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Comentários

Muito tranquila a questão, não é mesmo?! Todos os órgãos citados na assertiva devemos obrigatoriamente observar a Portaria Interministerial nº 4.226/2010: DEPEN, Força Nacional de Segurança Pública e PRF. É o que disciplina o art. 2º:

Art. 2º - A observância das diretrizes mencionadas no artigo anterior passa a ser **OBRIGATÓRIA** pelo **Departamento de Polícia Federal, pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, pelo Departamento Penitenciário Nacional e pela Força Nacional de Segurança Pública.**

Sobre a adoção da portaria, lembre-se:

PF, PRF, Departamento Penitenciário Nacional e Força Nacional de Segurança Pública DEVEM:

Adotar as diretrizes no prazo de 90 dias

Adotar normas internas e comissão para acompanhamento e controle da letalidade no prazo de 60 dias

Instituir comissão para avaliar a situação interna do órgão em relação a letalidade no prazo de 60 dias.

Logo, está **incorreta** a assertiva.

Questão – FUNIVERSA/SESIPE-DF – Agente Penitenciário - 2015

Julgue os próximos itens, considerando as diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública, conforme Portaria Interministerial n.º 4.226/2010, do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

É ilegítimo o uso de armas de fogo contra pessoa que, em fuga, esteja desarmada ou que, mesmo na posse de algum tipo de arma, não represente risco imediato de morte ou de lesão grave aos agentes de segurança pública ou a terceiros.

Comentários

De acordo com a Portaria, o uso de arma de fogo é a exceção e somente poderá ser utilizada excepcionalmente quando houver perigo iminente de morte ou lesão grave em legítima defesa própria ou de terceiros.

Atentem-se à diretriz 4:

4. NÃO É LEGÍTIMO O USO DE ARMAS DE FOGO contra **pessoa em fuga que esteja desarmada ou que, mesmo na posse de algum tipo de arma, não represente risco imediato** de morte ou de lesão grave aos agentes de segurança pública ou terceiros.

Portanto, está **correta** a assertiva.

Questão – FUNIVERSA/SESIPE-DF – Agente Penitenciário - 2015

Julgue os próximos itens, considerando as diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública, conforme Portaria Interministerial n.º 4.226/2010, do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Em regra, é legítimo o uso de armas de fogo contra veículo cujo motorista despreze bloqueio policial em via pública.

Comentários

A presente assertiva está **incorreta**, pois nos termos da diretriz 5, o uso de arma de fogo contra veículo que desrespeite bloqueio policial é ilegítimo!

Vejamos:

5. NÃO É LEGÍTIMO O USO DE ARMAS DE FOGO contra *veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública, a não ser que o ato represente um risco imediato de morte ou lesão grave aos agentes de segurança pública ou terceiros.*

Portanto, para fins de prova combinando as diretrizes 4 e 5, temos:

NÃO É LEGÍTIMO O USO DE ARMA DE FOGO

contra pessoa em fuga que esteja desarmada ou que armada não represente risco imediato

contra veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública, exceto se representar risco imediato

Questão – FUNIVERSA/SESIPE-DF – Agente Penitenciário - 2015

Julgue os próximos itens, considerando as diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública, conforme Portaria Interministerial n.º 4.226/2010, do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Os denominados "disparos de advertência" são considerados prática aceitável, apesar da imprevisibilidade de seus efeitos.

Comentários



O "**disparo de advertência**" é uma prática utilizada nas operações policiais para intimidar bandidos e medir forças em locais ocupados pela criminalidade. Tal prática, segundo se extrai da 6ª diretriz, é inaceitável, causa algazarra e é contraproducente à intervenção policial.

Vejamos a referida diretriz:

6. Os chamados "disparos de advertência" não são considerados prática aceitável, por não atenderem aos princípios elencados na Diretriz nº 2 e em razão da imprevisibilidade de seus efeitos.

Portanto, está **incorreta** a assertiva.

Quem estiver estudando para concursos que envolvam a disciplina de Direitos Humanos, confirmam nossos cursos no link abaixo:

**DIREITOS
HUMANOS**

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorMateria/direitos-humanos-64/>